



5191 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPE
Cíntia Valéria Batista Pereira - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPE

Resumo

Esse trabalho se refere a uma pesquisa em andamento sobre os programas de assistência estudantil do IFPE, tendo como objetivo analisar como a Política de Assistência Estudantil tem contribuído para a diminuição da retenção e, conseqüentemente, para a permanência dos/as estudantes na instituição. Para compreender a relação entre os programas de assistência estudantil com a permanência e a superação da retenção, fazemos uma discussão aprofundada sobre vários aspectos que compõem nossa problemática e, nesse sentido, a pesquisa busca entender como se dá o desenvolvimento de políticas voltadas para a permanência e o êxito dos estudantes, observando a relação entre política e educação como área estratégica em prol do desenvolvimento humano e social. Os primeiros achados da pesquisa, no entanto, apontam a desigualdade social e econômica a partir da relação entre a renda *per capita* e a cor, declarada pelos/as estudantes, reforçando o caráter urgente de um estudo mais aprofundado, sobretudo, por ser o IFPE uma instituição que visa a democratização da educação.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Permanência. Retenção.

INTRODUÇÃO

Para além da permanência do jovem nas instituições escolares, observamos um grande avanço na direção das políticas públicas direcionadas à juventude nas últimas duas décadas, como por exemplo, a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e da Política Nacional de Juventude. A ascensão desses órgãos leva o Brasil à condição de “primeiro país da América Latina a instituir um conselho específico com a finalidade de formular e propor diretrizes (...), bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público.” (SILVA 2017, p. 62)

No sentido de contribuir para o estudo das políticas públicas voltadas à democratização dos direitos e igualdade de oportunidades, principalmente para a população jovem, esse trabalho se insere na perspectiva de estudar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através da Política de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como o PNAES, a partir da Política de Assistência Estudantil, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), tem contribuído para a diminuição da retenção e, conseqüentemente, para a permanência dos/as estudantes na instituição.

Em se tratando de democratização da educação, do acesso ao ensino e, especialmente da expansão da educação profissional, apontamos que em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Essa Lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculando-a ao Ministério da Educação. Essa mudança na educação profissional permitiu que essas instituições englobassem, em seu leque de oferta, desde o ensino médio ao ensino de pós-graduação, passando pelo ensino superior e pela educação de jovens e adultos.

Tendo em vista essas considerações, julga-se necessário um olhar mais atento às políticas públicas que visam à democratização do acesso à educação e ao combate às desigualdades sociais, oportunizando a inclusão social através da educação, como é caso do PNAES.

O PNAES foi criado através da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Esse trata sobre os objetivos e as áreas em que as ações devem ser desenvolvidas como, moradia estudantil, alimentação, transporte, creche e apoio pedagógico. De acordo com o decreto citado,

Art. 2º São objetivos do PNAES: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Observando o inciso “III – reduzir as taxas de retenção e evasão”, compreendemos que um dos objetivos dessa política se constituiu em ações que visam contribuir para a permanência do/a estudante na instituição de ensino, através do enfrentamento da retenção e evasão escolar.

1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPE

No âmbito do IFPE, o PNAES é desenvolvido de forma a ofertar auxílio estudantil, através de programas como Bolsa Permanência, Benefício Eventual e Auxílio Financeiro. As ações referentes a efetivação do PNAES, em se tratando do IFPE, foram instituídas com a implantação da Política de Assistência Estudantil do IFPE (PAI), através da Resolução IFPE nº

21/2012. No entanto, observa-se que mesmo com a efetivação do PNAES, através do desenvolvimento de programas e ações que visam minimizar a desigualdade social, contribuindo para a permanência do/a discente na instituição, os números referentes à retenção são consideráveis, sobretudo nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Esse fenômeno merece certa atenção, tendo em vista essa modalidade de ensino ser referente ao Ensino Médio, que é obrigatório à oferta de forma pública e de qualidade a todos/as. Desse modo, nos questionamos sobre a eficácia da efetivação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na garantia da permanência do/a discente na instituição.

A PAI no IFPE está composta por diversos programas, que visam conceder benefício financeiro para os/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. São eles: Bolsa Permanência, Auxílio Financeiro, Benefício Eventual. Conta ainda com o Programa Moradia Estudantil desenvolvido nos *Campi* Agrícolas (Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão). Outros programas são desenvolvidos no âmbito da assistência estudantil no IFPE como os Programas Universais que se concretizam a partir do acompanhamento biopsicossocial e pedagógico, bem como incentivo à arte e cultura e esporte e lazer.

2 PRIMEIROS ACHADOS DA PESQUISA

Nesta fase da pesquisa exploratória vários foram os achados a partir de dados secundários que serão bastante relevantes para a compreensão sobre a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a contribuição da democratização da educação, vislumbrando o acesso, a permanência e o êxito dos/as estudantes, como é o caso da política de assistência estudantil no IFPE.

Em 2017, o IFPE, segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), ofertava 183 cursos distribuídos nas modalidades de ensino Técnico (Integrado e Subsequente) e Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia) e contava com 23.663 estudantes matriculados/as. Esse quantitativo de estudante estava dividido entre as modalidades de ensino da seguinte forma:

Quadro 01: Estudantes matriculados/as no IFPE em 2017 por modalidade de Ensino - PNP

Modalidade	Quantidade de Cursos	Estudantes Matriculados
Técnico Integrado	29	6.590
Técnico Subsequente	50	13.302
Bacharelado	7	1.085
Licenciatura	7	1.158
Tecnólogo	6	1.528
Total	99	23.663

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados da PNP

No exercício de 2017, foram concedidos mais de 11 mil auxílios, através dos diversos programas específicos de assistência estudantil, nos 16 *campi* do IFPE. O quadro abaixo mostra a oferta dos benefícios por *campus*, o número de estudantes matriculados/as e retidos/as.

Quadro 02: Matrículas, Retidos/as e Benefícios concedidos em 2017 - Programas Específicos

<i>Campus</i>	Matrícula	Retidos/as	Bolsa Permanência	Auxílio Financeiro	Benefício Eventual	Benefícios por <i>Campus</i>
Abreu e Lima	186	0	119	57	24	200
Afogados da Ingazeira	905	67	369	4	12	385
Barreiros	737	118	356	174	154	694
Belo Jardim	1.120	130	533	62	145	740
Cabo de Santo Agostinho	600	282	198	17	11	226
Caruaru	1.204	68	425	16	43	484
Garanhuns	1.436	244	658	22	12	692
Igarassu	568	38	248	61	12	321
Ipojuca	2.757	185	282	10	14	306
Jaboatão dos Guararapes	689	107	181	5	289	475
Olinda	570	128	190	9	11	210
Palmares	404	38	228	8	14	250
Paulista	564	103	352	202	26	580
Pesqueira	1.528	256	628	526	11	1.165
Recife	8.822	1.458	2.092	1.956	23	4.071
Vitória de Santo Antão	1.705	110	742	115	41	937
Total	23.795	3.241	7.601	3.244	842	11.736

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela Diretoria de Assistência ao Estudante da Reitoria do IFPE

A partir dos dados expostos no Quadro 02, observa-se que o quantitativo de benefícios concedidos aos/às estudantes em vulnerabilidade socioeconômica no ano de 2017 foi 11.736, número equivalente a quase metade dos/as estudantes matriculados/as. Destacamos o *Campus* Recife que forneceu mais de 4 mil benefícios. Em seguida, o *Campus* Pesqueira com mais de mil auxílios concedidos.

É importante destacar que os *Campi* Recife e Pesqueira são os que possuem o maior número de estudantes, por isso, mais discentes são atendidos/as pelos programas. Já os *Campi* Abreu e Lima e Olinda, que possuem o menor número de estudantes contemplados/as com a assistência estudantil, fazem parte da expansão três dos Institutos e foram inaugurados em 2014. Esses *Campi* possuem apenas dois cursos cada e, em média, 300 e 500 estudantes,

respectivamente. Outro dado relevante para a pesquisa é que em 2017 contabilizou-se 3.241 estudantes na situação de retenção, ou seja, mais de três mil estudantes não finalizaram o curso dentro do período de integralização.

Analisando os dois quadros acima, destacamos que em 2017 o IFPE possuía 6.590 estudantes matriculados/as no Ensino Médio Integrado, conforme quadro 01. Desses, 372 estavam em situação de retenção no *Campus* Recife. Por outro lado, o *Campus* Afogados da Ingazeira, não apresentou nenhum estudante retido/a nessa modalidade de ensino, segundo dados coletados na PNP.

Outros dados relevantes foram observados no decorrer da pesquisa para o projeto de qualificação como a relação cor e renda familiar *per capita*, conforme quadro abaixo:

Quadro 03: Relação Cor e Renda Familiar Per Capita (RFP) - IFPE 2017

Renda/Cor	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
RFP até 0,5 SM*	28	776	32	1.086	248	6.613
RFP até 1 SM	26	407	33	791	153	5.577
RFP até 1,5 SM	5	118	14	484	60	845
RFP até 2,5 SM	6	85	8	153	32	357
RFP até 3,5 SM	1	44	3	48	10	124
RFP maior que 3,5 SM	2	49	4	74	7	205
Total	68	1.479	94	2.636	510	13.721

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados da PNP / *Salário(s) Mínimo

Analisando o quadro 03, percebe-se um número elevado de estudantes com renda *per capita* de 0,5 até 1,5 salários mínimos. Observando os critérios elencados pelo PNAES para a classificação de vulnerabilidade socioeconômica, tem-se um total de 13.035 estudantes nessa condição. E nesse sentido, faz-se necessário apontar que a maioria dos/as que estão localizados neste grupo declara-se parda.

No entanto, quando se avança para a renda de 3,5 salários mínimos, observar-se que os/as declarados/as indígenas e pretos/as possuem pouca representatividade, caracterizando a desigualdade social e econômica como ainda sendo apontada a partir da relação entre a renda *per capita* e a cor, reforçando o caráter urgente de um estudo mais aprofundado, sobretudo, por ser o IFPE uma instituição que visa a democratização da educação.

Além dos dados secundários extraídos da PNP, nossa pesquisa utilizará ainda a análise documental, entrevistas semiestruturada e o questionário como instrumentos para coleta dos dados e para análise dos mesmos, lançará mão da análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES*. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. *Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica*. Brasília, dezembro/2004.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Org.). *As juventudes e seus diferentes sujeitos*. 1 ed. Recife: EDUFPE, 2017.